

Relatório Anual 2019

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento da Região Altos da Serra -
Sicredi Altos da Serra RS/SC, anteriormente
denominada Cooperativa de Crédito de Livre
Admissão de Associados Altos da Serra -
Sicredi Altos da Serra RS/SC**

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC)
Tapejara/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC) (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC , relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra
RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	814.623	779.702	CIRCULANTE	461.154	393.473
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	13.167	11.631	DEPÓSITOS (NOTA 12)	192.056	146.382
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	29.975	-	Depósitos à Vista	138.404	110.287
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.975	-	Depósitos Interfinanceiros	8.555	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	232.665	39.853	Depósitos a Prazo	45.097	36.095
Carteira Própria	232.665	39.853	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	218.009	204.695
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	88.245	337.265	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	8
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	11	Repasses Interfinanceiros	218.009	204.687
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	301	89	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.501	2.071
Correspondentes no país	371	161	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.501	2.071
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	87.573	337.004	OUTRAS OBRIGAÇÕES	48.588	40.325
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	415.409	362.453	Cobrança e Arrecadação de Tributos	197	142
Operações de Crédito	431.678	379.207	Sociais e Estatutárias	10.737	9.472
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.269)	(16.754)	Fiscais e Previdenciárias	3.026	2.167
OUTROS CRÉDITOS	30.058	23.229	Diversas (NOTA 14)	34.628	28.544
Créditos por Avais e Fianças Honrados	90	85			
Rendas a Receber	1.827	1.715			
Créditos Específicos	334	316			
Diversos (NOTA 08)	28.712	21.939			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(905)	(826)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	5.104	5.271			
Outros Valores e Bens	5.531	5.626			
(Provisão para desvalorização)	(548)	(430)			
Despesas Antecipadas	121	75			
NÃO CIRCULANTE	305.436	210.055	NÃO CIRCULANTE	453.342	415.525
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	305.436	210.055	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	453.342	415.525
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	36.805	36.540	DEPÓSITOS (NOTA 12)	405.571	398.016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	36.805	36.540	Depósitos Interfinanceiros	-	8.073
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	223.589	129.882	Depósitos a Prazo	405.571	389.943
Operações de Crédito	234.604	140.345	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	47.771	17.509
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.015)	(10.463)	Repasse Interfinanceiros	47.771	17.509
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	253	299			
Diversos	258	319			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5)	(20)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	21.311	20.838	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	205.563	180.759
Outros Investimentos	21.311	20.838	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	44.860	44.425
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	17.438	15.646	De Domiciliados no País	44.863	44.427
Imóveis de Uso	5.012	2.650	(Capital a Realizar)	(3)	(2)
Outras Imobilizações de Uso	25.856	24.593	RESERVAS DE SOBRAS	150.851	128.260
(Depreciação acumulada)	(13.430)	(11.597)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.852	8.074
INTANGÍVEL (NOTA 11)	6.040	6.850			
Outros Ativos Intangíveis	14.016	13.269			
(Amortização acumulada)	(7.976)	(6.419)			
TOTAL DO ATIVO	1.120.059	989.757	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.120.059	989.757

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	54.877	-	54.877	105.080	1	105.081	91.523	-	91.523
Operações de Crédito	50.846	-	50.846	98.094	1	98.095	88.484	-	88.484
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.025	-	4.025	6.975	-	6.975	3.028	-	3.028
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	11	-	11	11	-	11
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(22.863)	(52)	(22.915)	(43.315)	(97)	(43.412)	(43.789)	(77)	(43.866)
Operações de Captação no Mercado	(10.958)	(52)	(11.010)	(22.728)	(97)	(22.825)	(21.473)	(77)	(21.550)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.669)	-	(5.669)	(11.592)	-	(11.592)	(12.280)	-	(12.280)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.236)	-	(6.236)	(8.995)	-	(8.995)	(10.036)	-	(10.036)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.014	(52)	31.962	61.765	(96)	61.669	47.734	(77)	47.657
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(17.667)	3.930	(13.737)	(28.794)	7.633	(21.161)	(17.358)	7.225	(10.133)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.382	8.996	13.378	8.880	17.366	26.246	8.253	14.160	22.413
Rendas de Tarifas Bancárias	4.493	-	4.493	8.821	-	8.821	8.567	-	8.567
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.913)	(2.070)	(16.983)	(27.656)	(4.043)	(31.699)	(24.724)	(2.765)	(27.489)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(11.996)	(1.981)	(13.977)	(23.100)	(3.680)	(26.780)	(21.539)	(3.171)	(24.710)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(38)	(439)	(477)	(87)	(847)	(934)	(135)	(685)	(820)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	10.311	196	10.507	22.943	302	23.245	28.198	855	29.053
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(9.906)	(772)	(10.678)	(18.595)	(1.465)	(20.060)	(15.978)	(1.169)	(17.147)
RESULTADO OPERACIONAL	14.347	3.878	18.225	32.971	7.537	40.508	30.376	7.148	37.524
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.575	1.028	2.603	1.541	1.037	2.578	(282)	36	(246)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.922	4.906	20.828	34.512	8.574	43.086	30.094	7.184	37.278
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(844)	(844)	-	(2.299)	(2.299)	-	(645)	(645)
Provisão para Imposto de Renda	-	(506)	(506)	-	(1.409)	(1.409)	-	(350)	(350)
Provisão para Contribuição Social	-	(338)	(338)	-	(890)	(890)	-	(295)	(295)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.460)	-	(2.460)	(4.633)	-	(4.633)	(4.076)	-	(4.076)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.462	4.062	17.524	29.879	6.275	36.154	26.018	6.539	32.557
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.275	(6.275)	-	5.523	(5.523)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.462	4.062	17.524	36.154	-	36.154	31.541	1.016	32.557
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	520	-	520	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA REVERSÃO DE RESERVA	13.462	4.062	17.524	36.674	-	36.674	31.541	1.016	32.557
DESTINAÇÕES	-	-	-	(26.822)	-	(26.822)	(23.467)	(1.016)	(24.483)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.615)	-	(2.615)	(2.737)	-	(2.737)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.589)	-	(1.589)	(1.303)	-	(1.303)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(1.016)	(1.016)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.069)	-	(19.069)	(15.628)	-	(15.628)
Reserva de Expansão	-	-	-	(953)	-	(953)	(781)	-	(781)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(318)	-	(318)	(261)	-	(261)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.278)	-	(2.278)	(2.757)	-	(2.757)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.852	-	9.852	8.074	-	8.074

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC anteriormente denominada
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	44.497	101.738	-	12.774	159.009
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(5.361)	(5.361)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(7.355)	-
Destinações para reservas	-	7.355	-	(58)	(58)
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	166	-	-	-	166
Baixas de capital	(2.929)	-	-	-	(2.929)
Resultado do período	-	-	-	32.557	32.557
Destinações	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.691	-	-	(2.737)	(46)
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.303)	(1.303)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(1.016)	(1.016)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.628	-	(15.628)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.757	-	(2.757)	-
Reserva de Expansão	-	-	782	(782)	-
Outras Reservas	-	-	-	(260)	(260)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	44.425	127.478	782	8.074	180.759
Mutações do Período	(72)	25.740	782	(4.700)	21.750
Saldos no início do período em 01/01/2019	44.425	127.478	781	8.075	180.759
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(7.181)	(7.181)
Destinações para reservas	-	-	812	(812)	-
Outras destinações	-	-	-	(82)	(82)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	165	-	-	-	165
Baixas de capital	(2.305)	-	-	-	(2.305)
Reversões de reservas	-	-	(520)	520	-
Resultado do período	-	-	-	36.154	36.154
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.589)	(1.589)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.069	-	(19.069)	-
Reserva de Expansão	-	-	953	(953)	-
Fundo Filantrópico	-	-	-	(318)	(318)
Juros sobre o Capital Próprio	2.575	-	-	(2.615)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.278	-	(2.278)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	44.860	148.825	2.026	9.852	205.563
Mutações do Período	435	21.347	1.245	1.777	24.804
Saldos no início do período em 01/07/2019	43.289	127.479	1.376	18.846	190.990
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	86	-	-	-	86
Baixas de capital	(1.090)	-	-	-	(1.090)
Reversões de reservas	-	-	(304)	304	-
Resultado do período	-	-	-	17.524	17.524
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.589)	(1.589)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.069	-	(19.069)	-
Reserva de Expansão	-	-	953	(953)	-
Outras Reservas	-	-	-	(318)	(318)
Juros sobre o Capital Próprio	2.575	-	-	(2.615)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.278	-	(2.278)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	44.860	148.826	2.025	9.852	205.563
Mutações do Período	1.571	21.347	649	(8.994)	14.573

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC anteriormente denominada
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	01/07/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES DO RESULTADO	19.237	39.327	37.453
Resultado do semestre/exercício	17.524	36.154	32.557
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.713	3.173	4.896
Provisão para operações de crédito	789	66	3.486
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	96	118	198
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(3)	65	108
Depreciação do imobilizado de uso	1.282	2.500	2.058
Amortização do intangível	812	1.557	1.381
Baixas do ativo permanente	187	212	94
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	200	155	(130)
Destinações ao FATES	(1.589)	(1.589)	(2.319)
Dividendos SicrediPar	(61)	89	20
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(221.157)	(271.737)	14.707
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	10.035	(30.240)	(31.003)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(191.576)	(192.812)	(2.425)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.752	11	(9)
(Aumento) em créditos vinculados	(259)	(213)	(20)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(63)	(210)	28
(Aumento) em operações de crédito	(174.183)	(146.730)	(93.155)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	103.377	43.575	23.688
(Aumento) em outros créditos	(4.455)	(6.936)	(3.351)
Redução em outros valores e bens	602	51	608
Aumento em depósitos	18.806	53.229	117.292
Aumento em relações interdependências passivas	1.755	430	841
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(7.672)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(584)	(1.086)	(951)
Aumento em outras obrigações	9.636	9.194	10.836
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(201.920)	(232.410)	52.160
Aquisição de Investimentos	(473)	(473)	(130)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.160)	(4.504)	(5.355)
Aplicações no Intangível	(236)	(747)	(2.851)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.869)	(5.724)	(8.336)
Integralização de capital	86	165	166
Baixa de capital	(1.090)	(2.305)	(2.929)
Juros ao capital próprio	(39)	(40)	(46)
Distribuição de Sobras	-	(7.263)	(5.419)
Fundo Filantrópico	(318)	(318)	(260)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.361)	(9.761)	(8.488)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(206.150)	(247.895)	35.336
Caixa e equivalente de caixa no início do período	306.890	348.635	313.299
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	100.740	100.740	348.635

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC ("Cooperativa") anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC, é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/12/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	13.167	11.631
Caixa	13.167	11.631
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	87.573	337.004
Total	100.740	348.635

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.975	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	26.004	-
DI entre Banco e Cooperativas	3.971	-
Total circulante	29.975	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	36.805	36.540
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	22.898	-
DI entre Banco e Cooperativas	13.907	30.648
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	5.892
Total não circulante	36.805	36.540

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	232.665	39.853
Total circulante	232.665	39.853

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	153.785	151.549	305.334	241.334
Financiamentos	38.094	42.446	80.540	48.661
Financiamentos rurais e agroindustriais	239.799	40.609	280.408	229.557
Carteira total	431.678	234.604	666.282	519.552

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	90	-	90	85
Devedores por compra de valores e bens	108	255	363	460
Títulos e créditos a receber (i)	25.467	3	25.470	18.761
Total	25.665	258	25.923	19.306

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	57	-	-	-
Nível A	0,50	202.187	131.439	1.011	657
Nível B	1,00	278.456	216.923	2.785	2.169
Nível C	3,00	156.946	138.370	4.708	4.151
Nível D	10,00	28.141	23.877	2.814	2.388
Nível E	30,00	10.239	9.240	3.072	2.772
Nível F	50,00	3.637	3.935	1.819	1.968
Nível G	70,00	3.502	5.306	2.451	3.714
Nível H	100,00	9.040	9.768	9.040	9.768
Total (i)		692.205	538.858	27.700	27.587

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 494 (2018 - R\$ 476).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.199	45.011	73.718	99.657	222.585	163.971
Rural	345	34.908	204.546	40.609	280.408	229.557
Industrial	75	3.377	8.123	10.733	22.308	21.135
Comércio	608	21.238	31.855	53.895	107.596	86.928
Outros Serviços	387	12.349	16.604	29.968	59.308	37.267
Total	5.614	116.883	334.846	234.862	692.205	538.858

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	40.999	5,92	32.267	5,99
50 devedores seguintes	92.377	13,35	74.828	13,89
100 devedores seguintes	89.079	12,87	74.096	13,75
Demais	469.750	67,86	357.667	66,37
Total	692.205	100	538.858	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	28.063	24.469
Constituição de provisão	8.995	10.036
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.864)	(6.442)
Saldo final	28.194	28.063

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.170 (2018 - R\$ 3.894), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 36.604 (2018 - R\$ 36.701).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	88	115
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.062	757
Devedores por compra de valores e bens	108	144
Devedores por depósitos em garantia	1.175	903
Impostos e contribuições a compensar	35	218
Títulos e créditos a receber (ii)	25.467	18.758
Cotas de consórcio	285	225
Devedores por convênios	53	63
Operações com cartões	370	459
Pendências a regularizar	13	189
Outros	56	108
Total Circulante	28.712	21.939

Devedores por compra de valores e bens	255	316
Títulos e créditos a receber (ii)	3	3
Total não circulante	258	319

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	5.531	5.626
Imóveis	5.428	5.511
Veículos e afins	103	115
Despesas antecipadas	121	75
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(548)	(430)
Total Circulante	5.104	5.271

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 548 (2018 - R\$ 430) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.669	11.546
Sicredi Participações S.A.	9.641	9.291
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	21.311	20.838

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	3.242.427 ON	3.014.556 ON	1	1	11.668.657	11.545.740
	6.748.493 PN	6.276.683 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,95%	1,06%	0,62%	0,62%	2,99%	3,01%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	9.641	9.291	1	1	11.669	11.546

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	30.868	(13.430)	17.438	15.646
Imobilizações em curso	-	1.427	-	1.427	1.463
Terrenos	-	1.550	-	1.550	1.700
Edificações	4%	3.462	(1.004)	2.458	453
Instalações	10%	10.136	(5.410)	4.726	5.878
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.260	(2.471)	2.789	2.506
Sistema de comunicação	10%	580	(250)	330	316
Sistema de processamento de dados	20%	6.825	(3.594)	3.231	2.604
Sistema de segurança	10%	1.038	(363)	675	448
Sistema de transporte	20%	590	(338)	252	278

Intangível (i)	14.016	(7.976)	6.040	6.850
Investimentos Confederação	14.016	(7.976)	6.040	6.850

Total	44.884	(21.406)	23.478	22.496
--------------	---------------	-----------------	---------------	---------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	138.404	-	-	138.404
Depósitos Interfinanceiros	-	8.555	-	8.555
Depósitos a prazo	16.305	28.792	405.571	450.668
Total	154.709	37.347	405.571	597.627

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	218.009	204.687
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	218.009	204.687
Total circulante	218.009	204.687
Recursos do Crédito Rural	47.771	17.509
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	47.771	17.509
Total não circulante	47.771	17.509

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	400	420
Obrigações por convênios oficiais	7	6
Provisão para pagamentos a efetuar	2.987	2.843
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 13)	962	807
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.102	3.025
Pendências a regularizar	969	39
Operações com cartões	24.494	18.653
Demais fornecedores	919	964
Cretores diversos	788	1.787
Total circulante	34.628	28.544

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	613	150	(110)	653
Cível	194	207	(92)	309
Total	807	357	(202)	962

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	653	613
Cível	Provável	309	194
Total		962	807

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 668; R\$ 907; R\$ 119 (2018 - R\$559, R\$1.269 e R\$119), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	44.860	44.425
Total de associados	66.468	63.701

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 435 (2018 – R\$ 72), sendo R\$ 2.575 (2018 – R\$ 2.691) via integralização de resultados e R\$ 165 (2018 – R\$166), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.305 (2018 – R\$ 2.929).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,02% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.615, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 3% para a Reserva de Expansão e 1% para Fundo Filantrópico.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1543 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	38.453	33.202
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(15.381)	(13.945)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	70	48
Provisão resgate de milhas cartão	29	(38)
Brindes e Doações	(43)	(29)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(20)	120
Receita com atos cooperativos	11.952	10.928
Juros sobre capital próprio	1.046	1.150
Lucros e dividendos	25	63
Outros	24	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	1.036
Subtotal	13.082	13.300
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.299)	(645)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	66.780	36.540
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	232.665	39.853
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	87.573	337.004
Outros Créditos - Rendas a receber	1.498	1.394
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	920	642
Investimentos (Nota 10)	21.311	20.838
Intangível (Nota 11)	6.040	6.850
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	8.555	8.073
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	265.780	222.196
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	24.478	18.197
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.784	3.028
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	12.075	9.638
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	17.210	22.719
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	1.543	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	482	-
Operações de Empréstimos e Repasses	11.592	12.280
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.584	2.372
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.855	8.453

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	98	0,07%	166
Depósitos a prazo	137	0,03%	1.097
Operações de crédito	1.295	0,19%	2.474

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.058	2.760

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	752	650
Despesa de aluguéis	2.624	2.448
Despesa de comunicação	1.421	1.426
Despesa de manutenção e conservação	2.488	2.017
Despesa de material	560	499
Despesa processamento dados	798	610
Despesa de promoções e relações públicas	1.505	1.508
Despesa de propaganda e publicidade	490	351
Despesa de seguro	182	195
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.100	2.108
Despesa de serviços de terceiros	1.199	1.024
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.374	2.173
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.102	1.022
Despesa de serviços de transportes	1.980	1.721
Despesa de viagem	182	672
Despesa de depreciação e amortização	2.500	2.058
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.557	1.381
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.086	951
Outras despesas administrativas	1.880	1.896
Total	26.780	24.710

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.069	1.805
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	16.667	22.031
Reversão de provisões operacionais	4.177	3.448
Outras rendas operacionais	1.332	1.769
Total	23.245	29.053

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.866	1.373
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	564	332
Contribuição Confederação Sicredi	7.778	7.071
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	765	847
Encargos da administração financeira	96	146
Repasse administradora de Cartões	290	350
Despesas de Cartões - Processamento, Emissão, Postagem	1.348	1.101
Outras provisões operacionais	4.147	3.721
Outras despesas operacionais	2.075	2.088
Total	20.060	17.147

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	145.390	139.526
Coobrigações em cessões de crédito	10	12
Total	145.400	139.538

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	199.523	173.909
Nível I (NI)	199.523	173.909
Capital principal - CP	199.523	173.909
Capital social	44.860	44.425
Reservas de capital	150.851	128.260
Lucros acumulados	9.852	8.074
Ajustes Prudenciais	(6.040)	(6.850)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	885.484	798.951
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.110	591
Margem de Capital (i)	105.437	89.429
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,53%	21,77%
Situação de Imobilização (Imob)	17.439	15.647
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,74%	9,00%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Paulo Omar Ferronato da Rosa
Diretor Executivo
CPF: 398.130.880-87

Douglas Zanandrea
Diretor de Operações
CPF: 952.401.100-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20